

Deputados tentam aumentar seus salários

Constituição nova, Congresso Novo. Foi pensando nisso que o deputado José Costa (PMDB-AL) apresenta hoje um projeto para readaptar o Congresso Nacional às responsabilidades adquiridas com a Constituição. Mas, como nada é perfeito, ontem apareceu um outro projeto, destinado a aumentar os subsídios dos parlamentares para compensar o pagamento do Imposto de Renda, que eles passarão a efetuar a partir de agora, como ocorreu há pouco com os militares. O projeto, porém, teve vida curta: as lideranças partidárias impediram sua tramitação no Congresso.

Para o deputado José Costa, a primeira providência prática para a adaptação do Congresso à nova Carta será a realização de um censo interno para avaliação, quantitativa e qualitativa, do quadro de servidores permanentes: "Há funcionários altamente qualificados e remunerados acima do mercado de trabalho que estão subaproveitados em gabinetes de deputados e até no pinga-fogo (sessão de discursos menos importantes), que qualquer um faz. Onde estão? O que estão fazendo?" O deputado diz ainda que pretende criar uma comissão, reunindo senadores e deputados, inspirada no parlamento norte-americano, que se manifeste sobre temas relevantes e estratégicos da política nacional, utilizando para tal "estudos de um conselho formado por professores e cientistas de diversos centros de excelência do País".

No Congresso, a reação contra os decretos.

As bancadas do PSDB, PT, PC do B, PSB e PDT no Congresso Nacional estão tentando achar meios de impedir a vigência dos decretos baixados pelo



Nelson Jobim

presidente José Sarney às vésperas da promulgação da nova Constituição. O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) já encaminhou à Mesa do Senado um projeto para sustar o Decreto nº 96.814, que trata do Conselho de Segurança Nacional. Mais cautelosa, a bancada do PMDB está examinando uma a uma as medidas do Executivo. Os peemedebistas só vão lutar contra os decretos que estiverem irregulares em relação à Constituição de 1967.

"Não há como contestar um ato do presidente da República que tenha sido praticado de acordo com a Constituição em vigor na ocasião", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Referindo-se às várias concessões de canais de rádio e televisão autorizadas pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, Jobim disse que "o PMDB só vai agir dentro da

Na sessão de ontem do Congresso, alguns já estavam tratando de cumprir as determinações do novo texto constitucional: o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) não deixou passar despercebido o fato de que agora os parlamentares terão que comparecer ao plenário para votar, terminando com votações simbólicas das lideranças que vinham acontecendo. E fez questão de citar o artigo 47, que diz que as deliberações devem ser tomadas com a presença da maioria absoluta dos membros do Congresso, o que acabou impedindo as votações que estavam previstas.

Mas houve também aqueles que não tiveram nenhum constrangimento. O projeto de aumento salarial para os parlamentares chegou sem a assinatura do autor, mas muitos já sabiam que era iniciativa do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), com a seguinte justificativa: "Compatibilização imediata da forma e dos critérios de remuneração à nova ordem constitucional".

O PT preparava-se para protestar quando os líderes partidários presentes — Jarbas Passarinho (PDS), Genebaldo Correa (PMDB), José Lourenço (PFL) — chegaram à conclusão de que o assunto devia ser suspenso. Plínio de Arruda Sampaio, que representava o PT, comentou: "A questão era pelo menos inoportuna. Não podíamos, no dia seguinte ao da promulgação da nova Constituição, tratar do assunto do aumento dos nossos subsídios".

lei. Agora, uma coisa é licitude. Outra é juízo de moralidade".

Ele classificou como "perda de tempo" quaisquer medidas que sejam tomadas pelos parlamentares contra os decretos do presidente Sarney que contrariem a Constituição de 1988, mas estejam de acordo com a Constituição que estava em vigor até a última quarta-feira às 15h50.

Já o ministro da Saúde, Borges da Silveira, ao comentar a nomeação, nas vésperas da promulgação da Constituição, de 314 pessoas para a Fundação Sesp — Serviço de Saúde Pública, dentre as quais quatro parentes do presidente da entidade, José Nogueira Tapety, disse que não vê neste ato qualquer semelhança com um "trem da alegria". O ministro, inclusive, sente-se injustificado por não ter conseguido contratar 35 técnicos necessários à Divisão Nacional de Medicamentos-Dimed e promete novas nomeações na Fundação Sesp "para completar o quadro defasado".

Constrangido, Borges da Silveira disse que ainda não havia estudado o caso da nomeação de parentes de Tapety. "Mas se forem pessoas competentes, tudo bem", afirmou.

Pena de morte, a primeira emenda.

A primeira emenda à nova Constituição deu entrada ontem de manhã na mesa do Congresso Nacional: é a do líder do PDS, Amaral Netto (RJ), que mais uma vez tenta estabelecer a pena de morte para os casos de roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte.

O líder pedessista apresentou sua emenda, menos de 24 horas depois da promulgação da nova Constituição, com as assinaturas de 194 deputados, 32 além do mínimo exigido pelo texto constitucional.

"Destas vezes — disse — foi muito fácil conseguir as assinaturas de apoio. E entre os 194 que assinaram estão 65 que haviam votado, na Constituinte, contra a realização do plebiscito que eu propunha para se deci-

dir da adoção ou não da pena de morte".

A própria emenda estabelece que, se aprovada, será ainda submetida ao eleitorado, por meio de plebiscito, para ser confirmada ou não.

Ela terá tramitação normal. Segundo o deputado Néelson Jobim (RS), ex-presidente da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-líder do PMDB na Constituinte. A ela não se aplica a proibição, inscrita na nova Constituição, de emenda que vise a abolir "os direitos e garantias individuais". "Essa questão — disse — foi examinada nas reuniões de lideranças. A proibição refere-se ao conjunto dos direitos e garantias individuais. Nada impede que um ou outro item seja alterado".

Agora, a maratona é nos Estados

Desde ontem todas as Assembléias Legislativas estaduais estão investidas do poder constituinte, para adaptarem as Constituições dos Estados à nova Carta. A Constituinte paulista será instalada no dia 18, no Palácio 9 de Julho. O anteprojeto de regimento interno já foi elaborado, segundo informou o presidente do Grupo de Trabalho pré-Constituinte, deputado Néfi Tales (PMDB). Até dezembro esse grupo deverá encaminhar à Mesa o anteprojeto da nova Constituição do Estado.

Há outros anteprojetos de regimento que deverão ser apreciados pelos deputados paulistas, um de autoria da bancada petista e outro apresentado ontem pelo líder do PSDB na Assembléia, deputado Vanderlei

Macris. O trabalho diverge do anteprojeto do Grupo de Trabalho e daquele encaminhado pelo PT. Enquanto esses dois prevêem o início dos trabalhos a partir de um anteprojeto global, os tucanos querem que o trabalho comece do zero em cada uma das subcomissões temáticas, "ampliando a participação popular na nova Carta paulista", disse Macris. Outra novidade é que os "tucanos" prevêem um mecanismo para punir os faltosos: após cinco ausências consecutivas, o titular dá lugar ao suplente.

Com o reinício dos trabalhos na Assembléia Legislativa, na próxima terça-feira, o Grupo de Trabalho presidido por Néfi Tales volta a se reunir, agora para preparar a instalação da Constituinte estadual.

E surge uma frente parlamentarista

O deputado Victor Faccioni (RS), secretário-geral do PDS, apresentou ontem à mesa do Congresso Nacional proposta de emenda constitucional, instituindo o sistema parlamentarista de governo. Este foi o ponto de partida de um movimento para alterar o sistema presidencialista de governo durante os trabalhos de revisão constitucional, que serão realizados a partir de 6 de outubro de 1993. Um mês antes, haverá plebiscito, e uma ampla campanha de esclarecimento popular será deflagrada a partir de agora.

Em reunião preparatória do movimento para criação da Frente Parlamentarista Nacional, realizada ontem na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputados e senadores decidiram que farão campanhas para o plebiscito apenas quanto ao sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — deixando de lado a forma — Monarquia ou República — porque não há consenso sobre isto.

A Frente a ser criada terá organização jurídica, política e administrativa, com um

núcleo situado em Brasília e comitês estaduais e municipais. Definido-se ainda ontem que a Frente terá um conselho diretor, cujo presidente de honra será o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), um conselho consultivo, e uma secretaria executiva, já ocupada provisoriamente pelo professor Vamiré Chacon, da Universidade de Brasília.

No dia 18 deste mês o grupo terá nova reunião para escolher os integrantes de cada órgão da Frente Parlamentarista Nacional e sua estratégia de trabalho na campanha para o plebiscito de 7 de setembro de 1993. Compareceram ontem ao primeiro encontro do grupo os senadores José Richa (PSDB), Néelson Carneiro (PMDB), Luiz Vianna (PMDB) e Chagas Rodrigues (PSDB), e os deputados Cunha Bueno (PDS), Victor Faccioni (PDS), Egídio Ferreira Lima (PMDB), Saulo Queiróz (PSDB), Israel Pinheiro (PMDB), Sandra Cavalcanti (PFL), Bonifácio de Andrada (PDS), Maguito Vilela (PMDB), José Lins (PFL) e Delfim Netto (PDS).